



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

13 de Janeiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

SEGUNDA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 2025

João Lourenço e Sassou Nguesso abordam questões ligadas à região

Os Presidentes João Lourenço e Denis Sassou Nguesso discutiram, em Brazzaville, diversos assuntos de relevância bilateral e regional.

O encontro entre os Estadistas aconteceu, sábado, por ocasião da visita de algumas horas de João Lourenço à República do Congo, a convite do homólogo, logo após a Conferência de Kampala, no Uganda, onde conduziu os trabalhos da Cimeira Extraordinária convocada pela União Africana para debater o desenvolvimento da agricultura no continente.

Depois do encontro, o Presidente da República participou, com a delegação que o acompanha, num jantar oficial oferecido pelo homólogo Denis Sassou Nguessou, no Palácio Presidencial.

Antes da viagem a Brazzaville, recorde-se, o Chefe de Estado trabalhou ao longo do dia de sábado em Kampala, na República do Uganda, tendo dirigido a Cimeira Extraordinária da União Africana.

João Lourenço, que fez o discurso de abertura e de encerramento da Cimeira, manifestou-se esperançado com a resolução dos conflitos prevaletentes no continente,

apelando aos moçambicanos ao espírito de unidade para ultrapassar a crise pós-eleitoral que afecta o país. O Estadista angolano mostrou-se, também, preocupado com a guerra que o povo do Sudão enfrenta, as consequências para a vida e segurança dos cidadãos, bem como para a economia desta Nação e dos países vizinhos, pelo elevado número de refugiados que provoca.

Neste contexto, apelou às partes em conflito para encarem seriamente a necessidade da resolução do conflito pela via do diálogo.

Ainda no que toca à situação de segurança no continente africano, o Chefe de Estado frisou que o conflito entre a República Democrática do Congo (RDC) e o Rwanda deve conhecer um desfecho em breve, “se tivermos em conta os grandes avanços alcançados nos últimos meses nas reuniões do Processo de Luanda, ao nível ministerial”.

Regresso ao país

O Presidente João Lourenço regressou ontem ao país, proveniente de Brazzaville. À chegada, o Chefe de Estado foi recebido no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro pela Vice-Presidente da República, Esperança da Costa. *(J.A.)++++*

Presidente da Guiné Equatorial inicia hoje visita de 48 horas a Angola

O Chefe de Estado, da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Mbasogo, chega amanhã (segunda-feira), a Luanda, para visita de trabalho de 48 horas, a convite do homólogo João Lourenço.

Em comunicado de imprensa que o JA Online teve acesso, o Ministério das Relações Exteriores adianta que o estadista equato-guineense tem chegada prevista para as 16 horas locais e será recebido, no Complexo Presidencial do

Aeroporto Internacional “4 de Fevereiro”, em Luanda, pelo chefe da diplomacia angolana, Tété António. (J.A.)++++

Leste do Congo: Reunião de alto nível em Goma aborda estabilidade e segurança

Uma reunião de alto nível sobre estabilidade e segurança foi realizada no sábado, em Goma, no Leste da República Democrática do Congo.

Segundo a Agência Congolesa de Imprensa (ACP), o encontro envolveu o governador do Kivu do Norte, major-general Peter Cirimwami Nkuba, e o coordenador do Mecanismo de Verificação Conjunta Reforçado (CVM-R), general João Lourenço.

“Esta reunião de alto nível para estabilidade e segurança ocorre num contexto tenso, marcado por combates violentos em quase todas as frentes entre as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) e o M23-RDF.

No entanto, o papel atribuído ao Mecanismo de Verificação Conjunta é, de facto, verificar as alegações de todas as partes em conflito sobre a violação do cessar-fogo, acordado no quadro dos acordos alcançados em Luanda, Angola”, disse o general João Lourenço.

“Este órgão é uma iniciativa regional criada para facilitar a desescalada das tensões e garantir que os acordos de cessar-fogo sejam respeitados. Essa abordagem tem um duplo objectivo: restaurar a paz e a segurança, mas também fortalecer a confiança entre os beligerantes por meio da observação neutra e imparcial das zonas de combate”, acrescentou.

Segundo o diplomata, “o encontro com o governador provincial centrou-se, também, em vários aspectos, incluindo as ofensivas que desestabilizaram consideravelmente a província do Kivu do Norte e das quais o M23-RDF continua

a representar uma ameaça significativa, apesar dos esforços de negociação e intervenção militar”. O general angolano disse ter aceitado a proposta mencionada pelo governador militar do Kivu do Norte, que expressou o desejo de ver o reforço da coordenação entre as forças locais e os mecanismos regionais para garantir um controlo eficaz e independente das violações do cessar-fogo, tendo em conta o papel do MCV-R.

Segundo o general angolano, é essencial evitar a escalada do conflito e facilitar o retorno a uma paz duradoura. A situação de segurança no Kivu do Norte permanece tensa em quase todas as frentes, o que está mais uma vez a causar mais deslocamentos de populações. (J.A.)++++

Plano de acção para o desenvolvimento da agricultura destaca aposta nos jovens

A Estratégia e Plano de Acção do Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África para os próximos 10 anos, aprovado sábado, em Kampala, durante a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, dirigida pelo Presidente João Lourenço, destaca a necessidade do envolvimento dos jovens na agricultura, como “oportunidade significativa para o crescimento, inovação e sustentabilidade dos sistemas agrícolas e alimentares”.

O documento realça, ainda, como tendências e factores que irão moldar os sistemas alimentares de África nos próximos dez anos, a urbanização e alteração dos padrões de consumo, crescimento económico e aumento dos rendimentos, o aumento da população, as inovações tecnológicas e as alterações climáticas, sustentabilidade ambiental e estabilidade social.

“Envolver os jovens na agricultura é vital para o futuro do sector, em parte porque os jovens podem impulsionar a

adopção de novas tecnologias, técnicas agrícolas modernas e modelos de negócios inovadores”, lê-se no documento. De acordo, ainda, com o documento que vimos citando, com treinamento, orientação e acesso a recursos como terra e finanças, os jovens podem se tornar agentes de mudança fundamentais na transformação das práticas agrícolas tradicionais.

A participação dos jovens na agricultura, refere, também ajuda a resolver as questões do desemprego e da migração rural-urbana, criando oportunidades de emprego significativas no sector.

“Além disso, os jovens podem injectar novas ideias e energia nas cadeias de valor agrícolas, promovendo a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo. Incentivar a participação dos jovens na agricultura é, portanto, um motor crítico da transformação do sistema agroalimentar em África”, sublinha o mesmo documento, que destaca o rico capital jovem como oportunidade significativa para o crescimento, inovação e sustentabilidade dos sistemas agrícolas e alimentares. (J.A.)++++

Lunda-Sul: Administrador de Saurimo faz apelo à participação no saneamento básico

Os municípios de Saurimo são convidados pelo administrador Kelson Malomalo ao maior envolvimento nas acções de melhoria do saneamento básico na periferia, com realce para a coordenação de moradores.

O responsável fez o apelo, sábado, durante a entrega de kits de limpeza à Comissão de Moradores do bairro Luavur, no âmbito do projecto de melhoria do saneamento básico na periferia, enquadrado no Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

A distribuição de kits de limpeza, disse o administrador, vai abranger todos os bairros, acrescentando que o objectivo é diminuir os focos de lixo nas ruas e evitar o surgimento de mais doenças. Kelson Malomalo referiu, ainda, que a medida visa combater a multiplicação de mosquitos nos resíduos sólidos e em águas estagnadas, evitando a malária e a cólera.

A Administração de Saurimo, informou o responsável, conta com 50 contentores espalhados pelas principais ruas da cidade e gasta, mensalmente, 100 milhões de kwanzas para manter o saneamento básico da cidade.

“Diariamente são recolhidos cerca de 30 metros cúbicos de resíduos sólidos”, acrescentou. O município de Saurimo conta com uma população estimada em 534 mil e 231 habitantes, 82 por cento da população da Lunda-Sul. (J.A.)++++

Bié: Comuna de Calussinga ascende a município

A implementação da nova Divisão Político-Administrativa (DPA), na província do Bié, permitiu a classificação de Calussinga, uma das novas municipalidades do Bié, para a tipologia C, além da criação de dez novos municípios.

Calussinga pertencia, até então, ao município do Andulo, localizado 197 quilómetros a Norte da cidade do Cuito, capital da província do Bié, tendo alcançado este estatuto por força do Decreto Presidencial.

Pesou, substancialmente, para que Calussinga não figurasse na última classe, tal como os restantes nove municípios, o facto de ter registado um bom nível de desenvolvimento sócio-económico, fruto das políticas públicas implementadas e executadas pelo Executivo.

A localidade possui, actualmente, entre vários outros empreendimentos, uma infra-estrutura adequada para a futura sede da administração municipal, esquadra de polícia que oferece condições favoráveis para evolução do comando

do município, além de um centro de saúde e sete postos hospitalares, duas escolas de 12 salas cada, assim como um parque infantil.

Todas as infra-estruturas de Calussinga foram construídas no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). O novo município reveste-se de grande importância, por estar estrategicamente bem localizado, permitindo a ligação por terra entre as províncias do Huambo, Benguela, Cuanza-Sul e Malanje. O local é, também, famoso devido à estrutura demográfica, recursos hídricos e económicos.

Calussinga é, ainda, uma das localidades que tem registado elevado índice de desenvolvimento, nos últimos anos, a nível do município do Andulo, potencialmente agrícola e com forte presença de criadores de gado bovino, caprino, suíno e ovino.

Os restantes municípios, recentemente criados, são Ringoma e Umpulo (Camacupa), Cambandua e Chicapa (Cuito), Lubia (Nharêa), Chipeta (Catabola), Belo Horizonte (Cunhinga), Mumbue (Chitembo) e Luando (Cuemba), que foram classificados do tipo E. No geral, a província do Bié passa de nove para 19 municípios.

Municípios satisfeitos

Para o regedor de Calussinga, Amos Cutaia, a elevação da comuna para município vai trazer mais desenvolvimento local, tendo confessado que se esperava há muito por uma medida do género, para mitigar as dificuldades de assistência à população, a julgar pela dimensão da circunscrição, com população estimada em mais de 100 mil habitantes, em 15 aldeias.

O pároco da Igreja Católica do novo município, padre Timóteo Solote, mostrou-se expectante com a

implementação da nova Divisão Político-Administrativa, por ser uma oportunidade que visa conferir maior dignidade ao território.

A nova Divisão Político-Administrativa do país vai permitir a concretização da política do Governo de descentralização e desconcentração dos serviços públicos, com reflexo positivo na vida dos cidadãos, considerou o religioso.

História

Conhecida como placa giratória tradicional, a vila de Calussinga facilita a circulação de pessoas e bens entre as províncias do Huambo, Cuanza-Sul, Malanje, Luanda e Bié. Situa-se a Oeste do Andulo e faz fronteira, ainda, com a comuna de Chivaúlo, no município da Quibala, e com São Lucas, regiões situadas no Cuanza-Sul. A Sul, faz fronteira com o Mungo, na província do Huambo. (J.A.)++++

Destacado o impacto das novas províncias na criação de empregos

O surgimento de mais postos de trabalho, com a criação das províncias de Icolo e Bengo, Cubango e Cuando, no âmbito da nova Divisão Político-Administrativa (DPA) é destacado pelo governador provincial do Cuanza-Norte, João Diogo Gaspar, como uma decisão do Executivo de grande impacto económico e social.

Para o governador, ao nível da província do Cuanza-Norte, as sete novas unidades territoriais de nível municipal, além de necessitarem de igual número de administradores municipais e adjuntos, vão precisar, também, de novos funcionários ao nível dos distintos sectores da Administração do Estado.

“Com a nova Divisão Político-Administrativa, sete comunas ascenderam à categoria de município, razão pela qual são nomeados novos administradores. Também haverá a

necessidade de funcionários, que vão ocupar os novos postos de trabalho”, realçou o governador provincial, em declarações aos jornalistas.

Para o bispo da Diocese de Ndalatando, Dom Almeida Kanda, apesar dos desafios que acarreta, a nova DPA vai aproximar os serviços públicos à população e reduzir as assimetrias regionais. O prelado católico augurou que as pessoas a serem indicadas para desempenhar funções públicas nas novas unidades territoriais aceitem o desafio e se abram ao futuro.

“Desejo que trabalhem para o engrandecimento da província, que tenham sabedoria e que aprendam a caminhar com as populações, saibam escutar mais e que o empenho de todos possa abrir novas perspectivas e novos caminhos para o desenvolvimento da província”, exortou o prelado.

No quadro da nova Divisão Político-Administrativa, sete das 31 comunas da província do Cuanza-Norte ganharam o estatuto de município, elevando para 17 o número de municipalidades, contra as anteriores dez. O número de comunas reduziu de 31 para 24.

Foram elevadas a município as comunas da Aldeia Nova e Caculo Cabaça, que antes pertenciam ao município da Banga, bem como Tango e Luínga, anteriormente sob jurisdição de Ambaca.

De igual modo, fazem parte dos novos municípios Terreiro, ex-comuna de Bolongongo; Massangano, desanexado de Cambambe; e Cêrca, antes pertencente ao município de Golungo-Alto.

Com esta alteração, o Cuanza-Norte passa, agora, a ser constituída pelos municípios de Ambaca, Aldeia Nova, Banga, Bolongongo, Cazengo, Cambambe, Caculo Cabaça, Cêrca, Golungo-Alto, Luínga, Lucala, Massangano, Ngonguembo, Quiculungo, Samba Caju, Tango e Terreiro.

A nova DPA começou a ser implementada este mês e visa melhorar a gestão de cada circunscrição territorial, aproximar os serviços públicos aos cidadãos, reduzir as assimetrias e fazer uma distribuição equilibrada da riqueza pública.

Localizada na região Centro-Norte do país, a província do Cuanza-Norte tem como capital a cidade de Ndalatando, no município de Cazengo. A população é estimada em 500 mil habitantes, distribuídos por uma área de 24 mil 110 quilómetros quadrados.

O então distrito foi criado a 15 de Agosto de 1914, com a divisão do Cuanza em dois distritos (Cuanza-Norte e Cuanza-Sul). Até 1980, o Cuanza-Norte tinha 13 municípios, três dos quais (Pango Aluquém, Dembos e Bula Atumba) foram desanexados, para criar uma nova unidade territorial, no âmbito da primeira Divisão Político-Administrativa do país, que ditou a constituição da província do Bengo, depois da Independência Nacional.

Regedor de Massangano

A aproximação dos serviços de Justiça, Educação e Saúde é apontada pelo regedor de Massangano, Miguel André, como algumas vantagens da elevação da região à categoria de município, na sequência da nova Divisão Político-Administrativa do país.

Em declarações à Angop, o soba grande disse que muitos cidadãos da então comuna de Massangano não têm registo civil, por falta de serviços de Justiça na localidade, mas, com a sua ascensão a município, estes e outros serviços administrativos estarão mais próximos da população.

Nesta altura, sublinhou o regedor, os cidadãos são obrigados a deslocar-se à cidade do Dondo, sede do município de Cambambe, num percurso de 35 quilómetros, para obter os serviços de Justiça, Educação e Saúde, desembolsando entre

dez e 15 mil kwanzas com custos de táxi e outras despesas. De acordo, ainda, com a autoridade tradicional, muitos adultos não têm Bilhete de Identidade e várias crianças estão sem o registo civil e, conseqüentemente, encontram-se fora do sistema de ensino. (J.A.)++++

MPLA enaltece políticas de potenciação da mulher

O impacto positivo das políticas públicas implementadas pelo Executivo para potenciar a participação da mulher no processo produtivo e no desenvolvimento sócio-económico do país foi destacado, em Benguela, no município do Bocoio, pelo primeiro-secretário provincial do MPLA, Manuel Nunes Júnior.

Ao intervir no acto provincial de celebração do 63.º aniversário da OMA, braço feminino do MPLA, o político ressaltou que as acções governamentais estão a criar condições para que as mulheres assumam um papel cada vez mais relevante em sectores estratégicos da economia, contribuindo para o crescimento sustentável e a redução das desigualdades de género.

A valorização da mulher no processo produtivo, disse Manuel Nunes Júnior, é uma das prioridades do MPLA e do Executivo, que continuam comprometidos em implementar políticas que promovam a igualdade de oportunidades e reconheçam o papel central da mulher no desenvolvimento de Angola.

O primeiro-secretário do MPLA em Benguela referiu, ainda, que nesta etapa de multipartidarismo, economia de mercado e de criação das bases para o desenvolvimento, a grande missão do partido é a de continuar a resolver os problemas do povo.

“Temos que continuar a resolver os problemas do povo, para que possamos corresponder às grandes aspirações e

preocupações da nossa população. Para isso é que o MPLA existe”, assegurou. Manuel Nunes Júnior defendeu que o partido precisa de continuar profundamente enraizado no seio do povo, acrescentando que a OMA deve reassumir a capacidade que sempre teve de conduzir e liderar o discurso em relação à mulher, da busca de soluções para os grandes problemas enfrentados, de Cabinda ao Cunene.

A OMA pode, de acordo ainda com o primeiro-secretário do MPLA, interpretar bem os verdadeiros anseios das mulheres no país, mas, em particular, na província de Benguela.

A organização feminina do MPLA, reforçou o político, deve reassumir o protagonismo e a liderança dos movimentos femininos nos mais variados segmentos, desde a mulher urbana, a da aldeia ou camponesa, sem afastar a mulher do sector informal, implementando na sua plenitude o lema “MPLA – dinamizar as estruturas do partido para uma melhor inserção do MPLA na sociedade”.

“Temos de descer às bases, ir ao encontro das mulheres nas comunidades, no espaço rural, na periferia e nas zonas urbanas, identificar os problemas, oferecer propostas e caminhos para a sua resolução. Isto vai permitir à nossa organização feminina aumentar a influência no seio das mulheres e continuar a assegurar o crescimento da base eleitoral do nosso partido”, reforçou.

O também governador provincial defendeu uma atenção muito especial à mulher rural, argumentando que são as responsáveis pela produção e, também, do processamento de grande parte dos produtos alimentares que todos consumimos. “As mulheres são a espinha dorsal das comunidades, porque elas cuidam da família”, sustentou.

Produção de alimentos

Manuel Nunes Júnior realçou que a produção do milho no Cubal do Lumbo, do tomate na comuna do Passe, da jinguba na comuna da Chila e do ananás no Monte Belo constituem um potencial agrícola da região do Bocoio, terra da mulher Vatchisanji, que “enche de orgulho” a todos e são a confiança de um futuro melhor.

Ação do Executivo

O Governo Provincial de Benguela, de acordo com o primeiro-secretário do MPLA, vai continuar a trabalhar para a melhoria das vias de acesso aos campos para a cidade, permitir a circulação de pessoas e bens e, sobretudo, o escoamento dos produtos para os grandes centros de consumo.

A força do MPLA, reafirmou o político, reside nas mulheres, sublinhando que as sucessivas vitórias do partido sempre contaram com a plena participação da mulher, que, independentemente das circunstâncias, nunca recuou, “faça chuva ou faça sol”.

“Venha o que vier, a OMA sempre esteve e sempre estará firme ao lado do povo angolano”, assegurou. Manuel Nunes Júnior enfatizou que a valorização do papel da mulher vai além do campo económico, estendendo-se ao fortalecimento da coesão social e à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Destacou, também, os resultados de programas voltados à capacitação e inclusão das mulheres nas cadeias de produção, especialmente nas áreas rurais agrícolas.

Partido em Cabinda prepara desafios do presente e futuro.

O MPLA, em Cabinda, perspectiva um ano de trabalho com todos os militantes, do Miconge ao Yema e do Massabi ao Zenze Lucula, para resgatar a hegemonia partidária, de modo a devolver a força, resistência e a confiança do partido para encarar, sem sobressaltos, os desafios do presente e do

futuro. De acordo com a primeira-secretária provincial, Suzana de Abreu, que falava sábado no acto de cumprimento de Ano Novo, Cabinda foi e sempre será o baluarte do MPLA, apelando, por isso, aos militantes para a necessidade de trabalharem mais para se inverter o quadro das eleições de 2022.

“Este é o lema da nossa missão para os próximos desafios. Todos para as bases e todos para as comunidades. Cada militante deve arregaçar as mangas, quer seja no local de trabalho ou no seu Comité de Acção do Partido (CAP), deve regressar às bases para conversar com a nossa juventude”, referiu.

A dirigente partidária reconhece que o caminho é longo e a missão nobre e espinhosa, incentivando todos os militantes a continuarem a trabalhar para o alcance dos objectivos.

“Nós não vamos desistir da nossa missão, até que alcancemos os nossos objectivos, que é a satisfação das necessidades da população”, disse, recorrendo, a seguir, à célebre frase do Presidente Neto, segundo a qual “o mais importante é resolver os problemas do povo”.

Suzana de Abreu exortou, ainda, os militantes e simpatizantes do partido a promoverem a união e o amor entre si, justificando que “só com amor e trabalho em equipa podemos alcançar qualidade de vida”. (J.A.)++++

Parlamento debate Lei Orgânica do Cofre Geral dos Tribunais

As Comissões de Especialidade da Assembleia Nacional retomam, hoje, às 9 horas, a apreciação da Proposta de Lei Orgânica do Cofre Geral dos Tribunais, a ser discutida e votada, capítulo por capítulo.

O diploma tem como objectivo institucionalizar e solidificar a autonomia financeira dos Tribunais da Jurisdição

Comum e da Procuradoria-Geral da República (PGR), bem como realizar uma gestão parcimoniosa das receitas próprias e assegurar a melhoria das condições de trabalho.

Na semana passada, os parlamentares discutiram e aprovaram, na especialidade, as alterações da Proposta de Lei que altera a Lei sobre Designação e Execução de Actos Jurídicos Internacionais, para conformar com as recomendações do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) relativas ao financiamento do terrorismo e de proliferação de armas de destruição em massa.

A proposta, de iniciativa do Executivo, inclui pontos que não se encontravam contemplados face às alterações que as recomendações do GAFI sofreram ao longo dos anos, razão pela qual as mudanças incidem sobre aquilo que foi a recente avaliação de Angola junto do GAFI, que resultou na necessidade de se ajustar a lei.

“A lei em causa é de 2012, ou seja, foi aprovada naquele ano, e em 2024 deu entrada na Assembleia Nacional para a devida alteração. Portanto, foram feitas várias alterações a nível do que se precisava para conformar com as normas do Grupo de Acção Financeira Internacional”, esclareceu, na ocasião, a deputada Elizandra Coelho, relatora do diploma.

Na mesma semana, os deputados aprovaram, após debate na especialidade, a Proposta de Lei sobre o Regime Especial de Disponibilização e Consumo de Bebidas Alcoólicas. A lei estabelece a aplicação de uma multa superior a um milhão de kwanzas aos comerciantes singulares e colectivos que forem apanhados a vender bebidas alcoólicas fora dos horários definidos pela Proposta de Lei.

O montante mínimo da coima aplicável às pessoas singulares é de 14 salários mínimos nacionais, sendo que o montante aplicável às pessoas colectivas é de 10 salários mínimos nacionais garantidos e o máximo de 260 salários

mínimos nacionais garantidos únicos. A proposta descreve, ainda, que a determinação da medida da coima se faz em função da gravidade da culpa, da situação económica e dos encargos pessoais do agente, bem como do benefício económico que este retirou da prática da mesma. (J.A)++++

Analista de política internacional exalta cooperação com vantagens recíprocas

Angola assinalou, ontem, 12 de Janeiro, 42 anos de relações políticas e diplomáticas com a República Popular da China (RPC). A efeméride representa, para o analista de política internacional Almeida Henriques, a confirmação de uma cooperação duradoura, mutuamente vantajosa e com benefícios recíprocos.

“Podemos dividir o histórico da relação entre os dois países em dois grandes estágios: estamos a falar sobre o período em que Angola alcançou a paz e procurava ter doadores ou parceiros.

Na altura, solicitou uma Conferência de Doadores, mas vários países ocidentais entendiam que Angola não precisava dessa conferência, porque tinha capacidade suficiente para seguir em frente e dar solução aos problemas que enfrentava”, disse. Depois disso, o país recebeu a ajuda da China para a reconstrução das infra-estruturas destruídas pela guerra.

O também especialista em Relações Internacionais esclarece que a cooperação entre os países remonta ao período da luta pela liberdade dos dois povos, assegurando ter sido após o ano de 2002, com o fim da guerra em Angola, que as relações se tornaram mais reforçadas.

As perspectivas da relação com a China, acrescenta Almeida Henriques, estão destinadas ao sucesso, tendo justificado o optimismo com o facto de o país asiático representar

um importante parceiro comercial e investidor em Angola e no continente africano. Almeida Henriques garantiu que a China pode oferecer um campo aberto em vários sectores de investimento, mas alertou para a necessidade imperiosa de cada Estado africano avaliar as características próprias da sua sociedade política, sugerindo ser necessário que os africanos escolham o que é que a China pode oferecer para este ou aquele Estado e em contrapartida gerar desenvolvimento.

O analista político disse, também, que Angola pode aproveitar a cooperação para potenciar sectores diversificados, entre os quais a Agricultura, Agro-indústria e, também, as Tecnologias, que estão a dominar o mundo, destacando as vantagens de a China estar entre os países com grande potencial para contribuir neste aspecto.

“Os Estados também têm procurado relacionar-se com a China, sobretudo em sectores que eles acham serem aqueles em que se reconhece haver da China enorme capacidade para o seu desenvolvimento”, revelou.

De acordo, ainda, com Almeida Henriques, existe, também, um elemento muito importante que se deve ter em conta, que é o facto de “os Estados africanos aproveitarem os momentos altos que a China vai oferecendo, porque se não aproveitarem, voltaremos a reflectir num passado em que as relações beneficiavam mais outros Estados e os africanos não”.

Amizade tradicional

O analista político concorda com a análise feita pela encarregada de Negócios da Embaixada da China em Angola, Chen Feng, em artigo publicado, ontem, no Jornal de Angola, por ocasião dos 42 anos da cooperação.

A referência feita pela diplomata chinesa ao facto de, “após a paz ser restaurada em Angola, a China ter sido a primeira nação-amiga que estendeu a mão à reconstrução

angolana”, de acordo com Almeida Henriques, é verdade, recordando que “foi a China quem se mostrou acessível a participar na Conferência de Doadores para ajudar Angola”.

Durante a análise ao estado actual das relações, Chen Feng ressaltou o facto de as estatísticas incompletas elucidarem que, nas últimas duas décadas, as empresas chinesas reabilitaram ou construíram 3.000 quilómetros de caminhos-de-ferro, 30 estações ferroviárias, 20 mil quilómetros de estradas, dez aeroportos, 14 milhões de metros quadrados de habitação social, 200 escolas, 50 hospitais e 60 projectos de abastecimento de água e drenagem.

“As empresas privadas chinesas em Angola já ofereceram, acumuladamente, 420 mil postos de trabalho, formaram 28 mil funcionários locais e patrocinaram centenas de jovens angolanos para frequentar cursos nas universidades da China”, sublinhando que tais números, embora incompletos, atestam que cumpriram, activamente, as responsabilidades sociais e doam muitos fundos e materiais de caridade substanciais a grupos vulneráveis.

De acordo, ainda, com a encarregada de Negócios da Embaixada da China, com a celebração, este ano, dos 50 anos da Independência de Angola, as sementes de amizade lançadas pela China, durante a Luta de Libertação e a reconstrução nacional, transformaram-se em árvores imponentes.

Perante um mundo mutável e turbulento, refere Chen Feng, a parte chinesa está disposta a trabalhar com a parte angolana para manter a amizade tradicional, reforçar a unidade e a cooperação, fortalecer o apoio mútuo e alcançar o desenvolvimento comum. (J.A)++++

Agricultura em África: Embaixadora Josefa Sacko recorda Plano de Acção

A comissária da União Africana para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Meio Ambiente Sustentável, Josefa Sacko, assinalou, no último sábado, que a adopção do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África vai permitir aos Estados-membros a sua implementação.

Antes da cerimónia de abertura da Conferência de Kampala, a embaixadora sublinhou que “agora temos um roteiro completo, uma teoria de mudança que vai trabalhar o caminho para que tenhamos de implementar objectivos estratégicos e uma ampla política para melhorar a abordagem dos sistemas alimentares e metas que reflectem as aspirações do continente”.

Esclareceu, ainda, que o processo inclusivo garante que estejam bem preparados para trabalhar a transformação da visão agrícola contida na Agenda 2063.

A diplomata lembrou que, há um ano, na 44^a sessão ordinária do Conselho Executivo orientou à Comissão da União Africana para desenvolver a Estratégia de Implementação de um Plano de Acção do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África, como sucessor da Agenda de Malabo.

Desde então, a Comissão envolveu-se num processo robusto e inclusivo para desenvolvê-la, cujos resultados foram apresentados sábado último. O documento, adoptado pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, inclui o Projecto de Estratégia e Plano de Acção 2026-2035, e a Declaração de Kampala. (J.A.)++++

Reconhecimento ao empenho da comissária da União Africana

A ministra de Estado da Noruega, Bjorg Sandkjær, felicitou a Comissão da União Africana, em particular a comissária Josefa Sacko, pelo empenho e dedicação à Declaração de Malabo.

“A elaboração do projecto, assim como a Declaração de Kampala, é muito inclusiva e extraordinária”, afirmou. Dirigindo-se à embaixadora angolana, em fim de missão na União Africana, Bjorg Sandkjær sublinhou: “Apreciamos muito a sua liderança e a dedicação nessa matéria”, um momento que arrancou uma grande salva de palmas dos presentes.

O presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, também em fim de mandato, saudou o trabalho louvável do Departamento da Agricultura, Economia Rural, Economia Azul e Ambiente, sustentado sob a liderança da comissária Josefa Sacko, a qual prestou uma “homenagem merecida”.

“Nesta mesma dinâmica, somos todos interpelados para enfrentar com perseverança e determinação para ultrapassarmos todos os desafios com paixão entusiástica a fim de construirmos a África que desejamos”, aflorou.

Moussa Faki realçou que “esta África vai assentar na base da vitória que terá o sector da Agricultura como parte do todo no processo de desenvolvimento”. (J.A.)++++

Equipa Económica do Governo avalia obras do novo Aeroporto Internacional de Cabinda

O ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, avaliou, na sexta-feira, a execução das obras de construção do novo Aeroporto Internacional de Cabinda, que inicia as operações em 2027.

Na ocasião, o director de construção da empresa Odebrecht Angola, Isaque Gomes, explicou que apesar da primeira pedra para a construção do novo Aeroporto Internacional de Cabinda ter sido lançada em Maio de 2023, durante o período de ano e meio foram desenvolvidos trabalhos ligados ao estudo de impacto ambiental e geotécnico.

Apenas em Novembro de 2024, a Odebrecht Angola, empresa encarregue de executar as obras de construção, recebeu o financiamento, tendo por isso iniciado os trabalhos em Dezembro. O responsável avançou que neste momento decorrem trabalhos de construção dos estaleiros, desmatamento, remoção e substituição do solo para a construção da pista de pouso e decolagem, cuja execução física está na ordem dos 4,5 por cento e a financeira nos 14,49 por cento.

Infra-estrutura

O novo Aeroporto Internacional de Cabinda terá uma capacidade para atender, na hora de ponta, um fluxo de cerca de 700 passageiros domésticos e 500 internacionais. O projecto está enquadrado no Plano Director Nacional do sector dos Transportes, e terá uma capacidade para receber 670.722 passageiros por ano e 12.635 voos.

A infra-estrutura está a ser construída na comuna de Malembo, 35 quilómetros a norte da cidade de Cabinda, numa área de 860 hectares, cujo prazo de execução é de 48 meses, e está a cargo da Odebrecht Angola.

O novo aeroporto é um investimento de 245 milhões de euros, que depois de concluído vai dispor de uma pista de pouso e decolagem com 3.500 metros de comprimento e 45 metros de largura, um terminal de passageiros, com uma área de 12 mil metros quadrados, torre de controlo, quartel de bombeiros, edifício de Polícia e administrativo, edifício de suporte terrestre GSE, terminal de carga, parque de estacionamento de veículos e estacionamento para aeronaves.

Depois de concluído, o novo Aeroporto Internacional de Cabinda estará preparado para receber e parquear em simultâneo uma aeronave do tipo código E Boeing 777 e duas aeronaves do tipo código C (Boeing 737) ou quatro aeronaves do tipo código C ou aeronaves de outros fabricantes com as mesmas dimensões.

A área onde estão a ser executadas as obras de implantação do novo Aeroporto Internacional de Cabinda foi completamente desminada e efectuados os estudos de impacto ambiental e geotécnico.

O novo empreendimento aeroportuário internacional terá um impacto positivo não apenas para o crescimento socioeconómico da província, mas para todo o país, atendendo a demanda do transporte de pessoas e bens, assim como deverá impulsionar as trocas comerciais.

Com esta infra-estrutura, a região está a ser preparada para entrar na rota internacional de navegação aérea, levando Angola para todos os cantos do mundo. O acto de consignação e de lançamento da pedra de construção das obras do novo Aeroporto Internacional de Cabinda realizou-se em Maio de 2023. (J.A)++++

Angola e Israel reforçam a cooperação económica

A Embaixada de Israel em Angola, com apoio do Ministério das Relações Exteriores e da Câmara de Comércio Israel-Angola, realiza no dia 20 de Janeiro, em Luanda, um fórum para reforçar os laços de cooperação económica entre os dois países.

De acordo com uma nota a que o Jornal de Angola teve acesso, o Fórum Económico decorrerá sob o tema “Fortalecendo a Relação de Israel e a República de Angola no Domínio Económico”. O evento será prestigiado pela presença do embaixador do Estado de Israel em Angola, Shimon Solomon, a

quem caberá presidir à cerimónia de abertura e deve reunir líderes políticos, empresários e membros da sociedade civil "para uma análise profunda" das oportunidades de negócio, comércio e investimentos que possam intensificar o intercâmbio económico e assim acelerar a prosperidade económica nos respectivos países.

"São aguardados representantes dos Ministérios da Agricultura, do Turismo, das Relações Exteriores e da Indústria e Comércio. A Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX) e a Federação de Câmaras de Comércio e Indústria de Angola também figuram entre os convidados, além de empresários dos dois países", lê-se na nota.

As relações diplomáticas entre Angola e Israel começaram em 1993 e a cooperação entre os dois países tem sido desenvolvida em várias áreas, como a agricultura, a saúde, a educação, a aviação, a construção civil, as pescas, os diamantes, a segurança e as telecomunicações. (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 13 de Janeiro de 2025